

**Marques, Maria Eduarda. (2014/2015) *Homens de negócio, de fé e de poder político: a Ordem Terceira de São Francisco do Recife, 1695-1711.* Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana: Recife, 300 pp. (ISBN 978-85-7019-639-2).**

António Camões Gouveia  
DOI - 10.25160/v5i2.br.3

Numa perspectiva balanceada entre um estado da arte bibliográfico pertinente e a aproximação a documentação cronística e institucional da Ordem Terceira de São Francisco do Recife, o estudo de Maria Eduarda Marques já editado em 2014, tem por base um trabalho de investigação doutoral.

Organizado internamente de forma muito racional permite um percurso, ao longo de 277 páginas, subdividido em quatro grandes capítulos, antecidos de uma introdução e finalizados por uma conclusão de recapitulação, que com a bibliografia e dois anexos, sendo um deles uma cronologia, constituem o livro.

A *Introdução* (pp.11-50) serve a Maria Eduarda Marques para desenhar os objectos de estudo. Usando o caso da Ordem Terceira de São Francisco do Recife, entre, grosso modo, 1695 e 1711, procuram-se entender lógicas de mobilidade social com um privilégio evidente para as temáticas de ascensão social vertical (p.13). No caso em destaque a tónica que atravessa todo o livro será a da percepção da oposição, suas razões e implicações, entre o grupo de proprietários de terras e engenhos de açúcar de Olinda, esta fortemente assente num Município, Misericórdia e na rede de igrejas paroquiais com Irmandades e Confrarias e paralela rede de casas de religiosos e o grupo afirmativo dos mercadores da praça e porto do Recife.

Ainda na *Introdução* clarificam-e e justificam-se as balizas cronológicas (pp.14-17), dá-se conta das bases documentais de fundo (p15-24.) e dos conteúdos de cada um dos capítulos (pp.14-26). Na tentativa de enquadrar cronológica e documentalmente o tema, assim como constituir um aparelho metodológico e de linguagem de aproximação ao objecto de estudo fica claro o corpo historiográfico elegido que, visivelmente, marcará todas as páginas seguintes (pp.27-45). As escolhas efectuadas denotam actualização no mundo da produção historiográfica luso-brasileira.

Daqui resultam a arrumação académica espaço-temporal e as marcas historiográficas assumidas como orientadoras da perspectivação das interpretações e de

conceptualização geral. A pouco e pouco tentaremos averiguar o seu peso e as implicações que levantam.

Um limite há que assinalar. Devia ter havido um cuidado mais alargado no levantamento, determinação e fixação da história custodial e interna do arquivo da Ordem Terceira. Cruzando a proposta inicial (pp.15-17) com o elenco documental que consta da bibliografia (pp.251-257) verifica-se uma presença persistente das fontes cronísticas ou linhagísticas e acesso ao arquivo dos Terceiros através da transcrição em estudos ou colectâneas documentais anteriores (pp.252-256), o que se confirma na leitura exhaustiva do estudo. O material é rico e permite a objectivação do estudo, mas será o único? Tratando-se de um estudo monográfico era justificável que se desse conta dos conteúdos documentais conhecidos e sua localização. Desta maneira fica no ar a pergunta, nem construída nem respondida, da sua ausência ou desconhecimento.

Alargando o âmbito de análise e de orientação dos conteúdos o capítulo introdutório, *A constituição da Venerável Ordem Terceira da Penitência do Padre Seráfico de São Francisco do Recife* (pp.51-98) dá conta das diferenças geo-morfológicas, económicas e sociais que separavam, desde o século XVI, Olinda do Recife e como a instalação do convento franciscano no Recife ajudou a marcar e a criar uma identificação social e urbana deste local de trocas marítimas (p.53). Os produtores de cana de Olinda ao doarem aos frades franciscanos terra e espaços cultiváveis e deixarem erguer uma Casa de estrutura edificada, tal como previsto nos estatutos da Ordem (p.54) consentiram, sem o saber, numa concretização de poder eclesiástico oposto ao do fausto e ramificações olidenses mas criador de um foco de identidade aos mercadores, aos não-terratenedores do açúcar do vale de Capibaribe (p.58). Esta é a ideia de fundo do livro, clara muitas vezes, outras necessitando de aferição mais profunda e, sobretudo, de limitações conclusivas (pp.54-58) como, aliás, já os tempos narrados pelos cronistas e outros documentos deixam antever nas contradições entre si (pp.57-59). De forma a entreligar, mas distanciar, os poderes em análise vemos formar-se um pano de fundo à devoção franciscana de Santo António, presente nos dois espaços urbanos e nas suas gentes de poder e governança (pp.60-61) mas e bem, também assistimos ao nascimento de blocos sociais de natureza laical, com a Misericórdia de Olinda, ainda pouco estudada na sua configuração social (p.61) e o crescimento do interesse de conglomeração de visibilidades e afirmação social dos de Recife em torno de uma Ordem Terceira, que controlam e que os conduziu a uma longa oposição (p.62). Estes

leigos mercadores fronteiros a Olinda contarão com esta oposição sócio-institucional e sofrerão a paragem e abrandamento católico do Recife durante a construção utópico-real de Nova Mauritsstadt (pp.63-66). A sociabilidade mercantil-acadêmica de matriz holandesa é imposta e o culto católico é proibido, o que inclui todas as suas exteriorizações (p.65). Não admira, por isso, que logo em 1654 uma vez a praça restaurada para a Coroa de Portugal o convento programado tivesse sido recuperado em todas as suas dimensões materiais, institucionais e espirituais (pp.66-67). Esta centralidade eclesiástica da Casa dos religiosos reganha o papel que edificadas e centros de sociabilidades religiosas como estes tinham no reino desde os tempos medievais, no Brasil desde as suas primeiras implantações de povoamento e conquista. Aqui, naquele momento, o convento dos franciscanos do Recife mostrou-se *identificado com a praça dos comerciantes e com a devoção popular dos homens de cor* (p.71). Este entozamento social é documentável (pp.74-76) e tem afloramentos aqui apresentados (pp.76-88) em micro-biografias de gente ligada à Venerável Ordem Franciscana do Recife criada em 1695 (p.77) como forma de afirmação sócio-local, que o mesmo é dizer, de afirmação mercantil não terratenente e não olidense. A Ordem Terceira, garantida pelo património do convento, permitiu ascensão na representação social aos seus membros (pp.79-80) e uma dignificação dos seus Síndicos com comendas de Ordens e desempenhos administrativos que lhes chegaram a permitir constituírem-se num corpo a *viver a lei da nobreza* (p.81) em paralelo ao da nobreza da terra produtora de cana em Olinda (pp.82-86). Como bem e conclusivamente escreve Maria Eduarda Marques *a formação da tradicional Ordem Terceira no Convento de Santo Antônio do Recife, ligada à tradição católica do reino, representava um espaço alternativo de sociabilidade e de prestígio social, livre da hegemonia restritiva da nobreza da terra* (p.81). Conclusão que é chamada de atenção para uma permeabilidade, constante em todo o Reino, Brasil e Índia. Os leigos, neste caso de matriz organizacional e de prática espiritual franciscana, encontravam nestas envolvências confraternais e inclusas na ordem de poder da monarquia de tom católico-romano tridentino, meio de notoriedade, de afirmação e de evidência social permitindo validação, pelo menos exterior, dessas formas de vida de lei nobiliárquica, ou seja, com possibilidade ou acesso a privilégio e seus lucros de participação nos diferentes poderes delegados da Coroa ou de eleição pelo Concelho.

*A Capela dourada, símbolo do poder dos homens de negócio da praça* (pp.99-144) é a denominação encontrada para um dos mais interessantes capítulos do livro. Nele se

podem perceber e avaliar as realidades que envolvem um objecto artístico de encomenda com evidente repercussão social e política. Senão vejamos. Com cuidado começa por se fazer o enquadramento da Ordem Terceira de São Francisco desde a sua criação no séc.XIII em Itália (p.99) marcando-se, de seguida, a chegada dos Menores a Portugal sob D.Afonso II, pelos anos de 1217, e o seu crescimento entre as gentes urbanas, o que se vai acentuando nas suas práticas e devoções (pp.100-102), e aceitando a renovação das observâncias modernas (p.102). Nessa mesma conjuntura atravessam o Atlântico e fixam-se no Brasil trazendo já incorporado o princípio e preconceito da procura de *limpeza de sangue* (p.106). O defeito mecânico e a sua *flexibilização* (p.104) nas terras do Brasil merecerão páginas do maior interesse sobre a permanência e a ascensão social (pp.104-106), relação, constrangimentos e impactos que essa obrigação social terá nas Ordens Terceiras (pp.105-106). São páginas de assinalar, na construção e nos resultados, as da investigação levada a cabo sobre *Antônio Fernandes de Matos, de oficial pedreiro à vida regida pela "lei da nobreza"* (pp.113-115, 120-132). A pergunta surge naturalmente: e a Capela Dourada? Pois bem, ultrapassando uma análise arquitectónico-estilística, que também se faz (pp.107, 114-117), a Autora consegue replicar com detalhe narrativo não só as implicações institucionais e económicas da construção (pp.107-109, 121-122) como as já referidas linguagens arquitectónicas e as gramáticas decorativas utilizadas e escolhidas para darem forma à talha dourada (pp.107, 114-117) mas, tudo isto, sem perder o rumo da sua tese de fundo: o que lucraram socialmente os homens de negócio do Recife, mais que todos os do *patriciado de comerciantes* (p.112) que constituíam a mesa de dirigentes da Irmandade? Quanto demoraram e como se constituíram, social e visivelmente, esses lucros, esse *capital simbólico* (pp.130; 123, 127, 130-131)? Como é que a Ordem Terceira Franciscana do Recife foi meio e mecanismo propício à *flexibilização dos dispositivos seletivos que preconizavam os valores aristocráticos da segregação social relativos à exclusão dos oficiais mecânicos e daqueles considerados "impuros de sangue"* (p.119)? As respostas ficam desenhadas e o referido caso de história de vida de Antônio Fernandes de Matos é o exemplo conclusivo. O aprofundar e relançar estas conclusões serão o alvo dos capítulos seguintes.

Deixando o objecto-capela a historiadora avança no estudo da Ordem Terceira no corpo do texto que intitulou de *O rito seráfico penitente da Procissão das Cinzas* (pp.145-197). É através do caso da Procissão das Cinzas, que como prática Terceira ultrapassa o território do Recife (pp.145-153) que a Autora volta a avançar nas explicações possíveis

de reconstituição das lógicas de acumulação do *capital simbólico* pelos mercadores membros e dirigentes da Ordem Terceira. Mais uma vez recorre a um caso para a aproximação à conjuntura sócio-política. A procissão é, em toda a Idade Média e acentuadamente nas práticas de religiosidade exterior dos Tempos Modernos um mecanismo de exibição social, nos poderes que envolve e como os estrutura no espaço público, mas e também, na forma e hierarquia como alguns se mostram nas ruas e outros observam das portas, janelas e sacadas. Recorrendo-se aos corpos sociais e eclesiásticos de Olinda, acrisolados nas suas construções processionais, consegue-se fazer perceber a permanência processional, assim eliminando a veicidade de unicidade ou originalidade do nascente caso do Recife e, ainda, manter a dicotomia de gentes e bases económico-sociais dos dois lugares fronteiros. Foi uma escolha apropriada na economia da ideia de fundo e como introdução ao caso recifense (pp.154-160). Esta escolha é ainda o momento para dar conta do funcionamento elitista e aristocratizante das estruturas sociais conjuntas dos senhores das terras e engenhos, *proprietários ligados ao cultivo da cana e à produção do açúcar, isto é: da aristocracia canvieira local, refractária ao ingresso das camadas mercantis* (p.162) nos lugares de gestão eleita da Câmara, de participação na provedoria e Mesa da poderosa Misericórdia que *ocupava a posição quase exclusiva de proeminência social, composta pelos agricultores e produtores de cana-de-açúcar* (p.166), e com ligações parentais litúrgico-espirituais às diferentes Casas de diferentes Ordens Religiosas das cinco colinas de Olinda (pp.161-167). É com esta complexa configuração de poderes económicos, administrativos e simbólicos que é elaborada a análise da Procissão das Cinzas de Olinda desde a sua formação até à chegada de Nassau, o que acarretou a fuga de famílias dos senhores de engenho e também a proibição do culto católico (p.167). Depois, a vila de Olinda não voltará ao seu lustro anterior, as tendências comerciais conjunturais que acentuavam o poder prospectivo do Recife, beneficiado anteriormente com a escolha do seu istmo para a edificação de Mauritsstadt, e onde, a pouco e pouco, as instituições da Coroa, incluindo a Alfândega, se instalaram (pp.167-169). A vila capital, enraizada no cabido, igrejas e conventos perde-se, como que adormece nos seus monumentos mais ou menos destruídos e não recuperados (p.170-171). São esses poderes eclesiástico-religiosos e de ancestralidade que vão justificar a oposição frontal à realização no Recife da Procissão das Cinzas. O cabido de Olinda e a sua Ordem Terceira de São Francisco, esta baseada no privilégio de ter sido a primeira organização dos Menores a ter tido a capacidade e honra de pôr nas

ruas o préstito das Cinzas vão liderar essa oposição. Peso do costume e afirmação de uma memória de grandeza da vila que orograficamente se firmara *consoante com o modelo olisiponense* (p.168) das colinas. A somar e a qualificar tudo isto confluem naquele acontecimento litúrgico realidades de *devoção e poder* (p.171). Explicar essa *querela da saída da Procissão das Cinzas do Recife* (p.171) à luz da *devoção e poder* aparece como a conclusão deste capítulo (pp.171-181). Primeiro dado: só em 1710 a Procissão receberá autorização para andar pelas ruas (p.171) e, ainda assim, antecedida de pequenos conflitos locais mas alargados à Província Franciscana do Brasil (p.172). Segundo dado: a carta régia de D.João V de 1709 *com a permissão para a criação da vila e do termo do Recife* (pp.175, 211-212), chegada a Olinda só em 1710. Assim, *a saída do primeiro préstito penitente dos terceiros recifenses ocorreu em meio ao processo de elevação do Recife à condição de vila, quatro dias depois da instalação do “pelourinho grande” (...), concorrendo para agravar a reacção da nobreza olindense à autonomia política do Recife* (p.175). Terceiro dado: o campo da Procissão, mais uma vez, como muitas outras no tempo e nas diferentes paisagens do Reino, foi o pretexto, mas escolhido, para acolher e exhibir afirmações de poder, como a autonomia político-eclesiástica do Recife, e também gerou conflitos entre bandos e parcialidades locais de fundamento social, económico e geográfico, mas de revestimento eclesial e devocional. O caso funciona nestas diferentes dimensões históricas e permite deixá-las mais claras e integradas na explicação geral. De tudo isto dá conta, e muito mais, o documento do Arquivo da Ordem Terceira do Recife que aqui é transcrito (Anexo I, pp.182-190) e que dá pelo título *Ano de 1739 – Livro em que se acha a forma de compor as procissões de cinzas e enterro do Senhor*. Uma excelente finalização para este capítulo de investigação.

Por fim, em *Os homens de negócio da governança da vila do Recife* (pp.199-244) atinge-se o cerne do objecto da pesquisa e cruzam-se os dados e perspectivas anteriormente apresentadas. Por fundo está a temática do enriquecimento de mercadores, com a análise de algumas histórias de vida particulares (pp.199-200). Pode o enriquecimento proporcionar, ou não, o avanço ascensional na sociedade dos séculos XVII/XVIII? No texto a preocupação é validar as rupturas que anteriormente vinham a ser denotadas nos micro-desrespeitos das “limpezas” impressas nos fazeres das “gentes mecânicas” mercantis (p.200). Como se mostra (p.203), mais do que a facilidade com que muitos estudos afirmam, não se trata de uma recuperação imediata para o âmbito privilegiado mas, tão só, a entrada na possibilidade dessa colocação na sociedade, quer dizer, o

conseguir a situação de “gente honrada” é um prelúdio sem o qual nada se podia conseguir ainda que com enriquecimento (pp.203-206). Só depois se poderá almejar uma ascensão em que desempenhos administrativos (pp.205, 208, 214-220, 230-234) e ostentação de um viver à lei da nobreza (p.207) conduziriam a fictícias ou reais patralhas genealógicas, referentes escritos e codificados de qualidades familiares e pessoais, e ao abrigo das dúvidas entre pares, ainda que sem peso legal (pp.207-208). São estes traços que são apresentados como caracterizando as gentes mercantis de Recife, sempre que possível participantes da vida da Ordem Terceira e envolvidos e referendados pela barroca Capela Dourada. Gentes que têm nos mesários dirigentes o centro de afirmação e de celebração dessa ascensão (p.210-213), realmente visível na Procissão, enquanto privilégio de identidade e de diferença perante Olinda e consagradora em espaço público, nas ruas, do poder dos homens de negócio (pp.211-212). A Procissão conduzia às ruas gentes mercantis “honradas” eclesiasticamente e participantes da estrutura da nova Câmara do Recife, os sistemas de validação convergiam, finalmente, e referendavam os mesmos indivíduos e famílias (pp.214-215). Conflictos, alianças, pequenos recuos de significado social, governador, mercadores/homens de negócio, confrades da Mesa, vereadores da Câmara e terratenentes de Olinda são as faces de um edifício de poder geométrico que entra em ruptura. Os anos de 1710-1712 (pp.220-225) assistiram a uma sublevação com todas estas clivagens que deixa ver a precaridade dos equilíbrios de poder e as dificuldades da passagem da visualização da lei da nobreza a um estatuto social admitido e respeitado (pp.222-223, 227). O capítulo dá conta destes tópicos sócio-políticos. Tenta percepcioná-los, retem significados conjunturais. É um estudo de caso evidente das realidades de vida política local e das ascensões dessas gentes da governança de enquadramento no “estado do meio” (p.207). É, também, ainda que no Brasil atlântico, exemplo muito claro das capacidades de afirmação e das realidades de ausência do poder da Coroa, o seu peso configurador e a sua permissividade por não-controlo.

A *Conclusão* (pp.245-250) retoma e repontua as grandes linhas anteriormente abordadas. É uma conclusão-síntese.

Depois de concluirmos esta análise da narrativa é de assinalar algumas grandes questões que lhe vão ficando aliadas.

As realidades e unidades territoriais que permitem e ajustam sicialmente as paisagens de oposição Olinda/Recife. Ao mesmo tempo as estruturas do Reino, de Roma

e do Atlântico, que também podemos conter no Rei, na Coroa, no Bispo, no Geral Franciscano, no Governador, nas Câmaras e Misericórdia, no Cabido e Irmandades, pelas ruas em procissão, nas capelas em disposições de lugar e preeminências protocolares sócio-litúrgicas.

As denotações de realidade histórica que os sucessivos estudos de caso permitem aprofundar e deixar observar variações das lógicas estruturais. Confraria, procissão e encomenda/património identitário, jogam com a Câmara e sentem o peso da Misericórdia. A terra e o açúcar que aquela produz procura afastar-se de um mundo mercantil do qual depende e sem o qual, cada vez mais, a riqueza não se constitui. A miragem de integração e exclusão que cerca o campo social que se delimita como gente honrada e a sua conviência e permeabilidades perante aquela riqueza dos homens de negócio, à partida, excluídos como mecânicos.

Em conclusão, o estudo que Maria Eduarda Marques nos apresenta é, como se torna evidente a quem o lê, uma aproximação pelo campo do religioso socialmente institucionalizado de algumas das realidades de fundo da reconfiguração social no Brasil Atlântico na transição do século XVII para o XVIII.